



A Exposição Antropológica Brasileira de 1882: práticas de colecionamento e circulação de indígenas no Museu Nacional

Michele de Barcelos Agostinho¹

¹ Doutora em História pela UERJ, com estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, França). Técnica em Assuntos Educacionais do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Docente da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

O s museus, hoje, tendem a reconhecer sua natureza essencialmente política e polifônica e a recusar preconceitos e invisibilidades na afirmação de identidades e na construção de representações acerca de coletividades. Mas, nem sempre foi assim. Nos museus do século XIX, pessoas “sofreram processo de deculturação violenta, ações contra seus valores, suas tecnologias, seus conhecimentos” (Oliveira, 2007, p. 107). O Museu Nacional do Rio de Janeiro, ao longo dos Oitocentos, foi um bom exemplo disto. Ali, a constituição das coleções etnográficas e a composição do espaço expositivo envolveram histórias de contato nem sempre pacíficas e consentidas pelos grupos indígenas então representados. Especialmente na segunda metade do século XIX, indígenas passaram por coerções e constrangimentos no espaço museológico. Outros estabeleceram, ainda que em posições assimétricas, alianças e diálogos com os agentes do Império. Caso emblemático foi o da Exposição Antropológica Brasileira de 1882, a qual demandou o envio de novas coleções ao Museu Nacional e de indígenas, tomados como espécimes, para o espaço de exibição. Nosso trabalho se propõe, tendo como ponto de partida a referida Exposição, analisar a circulação de indígenas no Museu Nacional, seja por seu envolvimento nas práticas de colecionamento, seja por sua participação, voluntária ou não, na qualificação dos objetos e nos exames antropométricos. Pretendemos, assim, entender o grau de agenciamento indígena, seus

limites e possibilidades, e dar visibilidade a sujeitos quase sempre negligenciados na narrativa histórica.²

O Museu Nacional, desde sua criação em 1818, centralizava os estudos das ciências naturais no Brasil. O Museu da Corte reunia coleções, estabelecia contatos e trocas com instituições estrangeiras, intermediava relações com naturalistas e, principalmente, esquadrinhava o território e a população por meio dos estudos geológicos, botânicos, zoológicos, arqueológicos e etnográficos (Lopes, 2009). Em 1882, o diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, inaugurava a Exposição Antropológica Brasileira, que teve duração de três meses. O evento exibiu diferentes tipos de objetos: artefatos indígenas (vasos, flechas, machados etc.), fotografias, pinturas, livros, além de remanescentes humanos. Cerca de 800 itens foram agrupados por área de conhecimento – antropologia, etnografia e arqueologia – e distribuídos em 8 salas do Museu para exposição pública. Ali, montaram-se panóplias e dioramas. Estes consistiam em cenários onde se imaginava reproduzir o modo de vida selvagem. Esculturas feitas em papel machê, modeladas sobre corpos indígenas, apareciam junto aos objetos, demonstrando seu uso para o observador. Este recurso expositivo criava um efeito de realidade e verossimilhança, bastante diferente da experiência visual advinda das habituais vitrines e armários usados no Museu. Já nas panóplias, objetos semelhantes na forma e na função eram organizados de modo simétrico, lado

2 Uma primeira versão deste texto foi publicada nos anais do 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), realizado em 2017. O trabalho que ora apresentamos é uma versão atualizada, derivada da pesquisa de doutoramento concluída em 2020. Sobre a pesquisa, ver Agostinho (2020).

a lado, nas paredes das salas. Este tipo de estrutura expositiva era marcado pela exaustão: exibia-se repetidamente uma grande quantidade de coisas morfológicamente semelhantes.

Aos cientistas do Museu Nacional, interessava, com a mostra, apresentar ao público da Corte estudos sobre os *primitivos* habitantes do Brasil, tomando os indígenas contemporâneos como seus herdeiros e como elo para se compreender a origem e evolução da *raça*. Contudo, para a organização da Exposição Antropológica, foi necessário incrementar o conjunto de coleções reunidas no Museu Nacional. A instituição, até onde sabemos, não dispunha de recursos financeiros para compra de coleções. Boa parte das aquisições era feita por meio de permutas ou de doações promovidas pelos “beneméritos da *civilização*”, como Ladislau Netto, então diretor do Museu e organizador da Exposição, designava os doadores. A organização da exposição gerou, assim, uma demanda por coleções e, a fim de atender essa necessidade, o pedido de Ladislau por objetos foi publicado nos jornais da época.

Na década anterior à realização da Exposição Antropológica, integrava o acervo do Museu Nacional algumas centenas de objetos etnográficos e arqueológicos representativos do Brasil. No ano de 1870, eles somavam cerca de 400 objetos (Netto, 1870), situados em quatro das dez salas existentes no prédio.³ Na sala de número 6 estavam as coleções da “arqueologia brasileira”, com o equivalente a 100 itens, e na sala 9 estavam, no mínimo, 300 objetos oriundos dos povos indígenas do Brasil (Netto, 1870). Ao

³ As demais salas estavam ocupadas com coleções de botânica, zoologia e mineralogia. A antropologia ainda não havia sido instituída no Museu Nacional.

longo daquela década, este número foi ampliado. Os relatórios anuais do Museu Nacional, endereçados ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Macop), sugerem isto. No relatório de 1874, consta que, no ano de 1873, houve o acréscimo de 116 “artefatos e curiosidades” dos índios do Amazonas advindos da Comissão do Rio Madeira. No relatório do ano seguinte, temos a aquisição de mais de 30 objetos arqueológicos e etnográficos. Por fim, em 1877, é publicado o relatório que indica a aquisição de mais 112 objetos em 1876. Consta ali também que o espaço expositivo dobrou depois de uma reforma no prédio, a qual criou dez novas salas.⁴ Temos, então, nestes três relatórios, a soma de 258 novos objetos, montante nada desprezível se considerarmos os 400 itens estimados da arqueologia brasileira e da etnografia reunidos décadas antes. Diante destes números, podemos considerar que o Museu Nacional chegou em 1880 com mais de 600 objetos etnográficos e arqueológicos representativos do Brasil – número pequeno se comparado aos milhares de objetos acumulados no Setor de Etnologia ao longo do século XX.

Para a Exposição Antropológica Brasileira de 1882, Ladislau Netto, que era diretor desde 1874, esperava mais. Seu pedido por coleções e seu plano de exposição foram divulgados nos jornais, sob o aval do Macop, pasta a que estava subordinado o Museu. Empréstimos e doações foram constantes nos meses que antecederam a Exposição Antropológica. Colecionadores, mobilizados

4 Relatório do Museu Nacional apresentado ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Dr. Ladislau Netto. 1874, 1875 e 1877. Disponíveis em: <www.museunacional.ufrj.br/obrasraras>.

com o planejamento da mostra, remeteram ao Museu diversos objetos oriundos de múltiplos lugares do país e recolhidos sob as mais diversas circunstâncias. No *Guia da Exposição Antropológica Brasileira* (1882), encontramos seus nomes figurados como “expositores”, ao lado dos objetos que compuseram cada sala do circuito expositivo e do grupo indígena ali representado. São, ao todo, 32 “expositores”, sendo 24 pessoas e 8 instituições, que enviaram coleções ao Museu Nacional. Trataremos, aqui, do colecionamento praticado pelos colecionadores particulares.⁵

Das práticas de colecionamento

As condições que permitiram a reunião das coleções transferidas ao Museu Nacional e exibidas na Exposição Antropológica Brasileira de 1882 são derivadas de uma diversidade de experiências coloniais, marcadas por violência, conflitos, negociação e colaboração entre índios e não índios ao longo da década de 1870 e início da de 1880, no Brasil. Guerra, construção de ferrovias e demarcação de fronteiras foram algumas das situações das quais decorreram as práticas dos nossos colecionadores. No esforço de compreender a história do contato, foi imprescindível, para nós, buscar informações acerca da trajetória destes personagens e das circunstâncias de coleta, mantendo a preocupação constante em identificar algum ponto de interseção entre a trajetória dos colecionadores e dos grupos indígenas representados nos objetos colecionados.

5 Para uma análise minuciosa dos colecionadores, ver Agostinho (2020).

É importante destacar que uma parcela desses colecionadores era formada por ocupantes de altos cargos do Império, filiados tanto ao Partido Liberal quanto ao Partido Conservador, e mantinha relações estreitas com o Imperador. Estes colecionadores exerceram cargos políticos no Executivo e no Legislativo como conselheiro, ministro, presidente de província, deputado e senador. Outra parcela era formada por profissionais liberais e funcionários públicos, que desempenhavam atividades diversas como naturalistas, professores, médicos, militares, engenheiros, comerciantes, jornalistas e administradores. Estes, apesar de não contarem com o prestígio e o poder do primeiro grupo, estavam igualmente inseridos no mundo político-administrativo, participavam de expedições militares e científicas, escreviam em periódicos – atividade estreitamente vinculada à organização partidária, onde a imprensa significava “um fórum alternativo à tribuna” (Carvalho, 2003, p. 54) – e mantinham, uns mais, outros menos, contato com Pedro II.

O colecionamento era, portanto, uma prática circunscrita à elite política do Império. Por elite entendemos aqueles que desempenhavam altos cargos políticos no governo e que tinham curso superior. De acordo com José Murilo de Carvalho, os ocupantes do alto escalão eram provenientes, em sua maioria, não de proprietários rurais, mas de pessoas com educação superior, correspondendo a menos de 1% da população. “Desse reduzidíssimo estoque saiu em torno de 95% dos ministros, 90% dos deputados, 85% dos senadores e 100% dos conselheiros de Estado” (Carvalho, 2003, p. 98). Os ministros compunham o cargo

mais importante, ao lado dos conselheiros. Eles eram os agentes do Poder Executivo presidido pelo Imperador e por ele indicados ao cargo. Os senadores, do mesmo modo, eram escolhidos pelo Imperador em lista tríplice e tinham vitaliciedade. Vitalício também era o cargo no Conselho do Estado, tido por Joaquim Nabuco como o “cérebro da monarquia”. Os conselheiros poderiam ser também ministros e senadores, e seus pareceres tiveram peso em decisões do Poder Moderador (Carvalho, 2003).

Quanto aos funcionários públicos e profissionais liberais, eles correspondiam à maioria dos colecionadores analisados. Quase todos tinham curso superior. Embora estivessem à margem das esferas de poder e mando do Império, viviam próximos a estes seletos círculos e integravam uma parcela privilegiada da sociedade. Segundo Alonso (2002), no Censo de 1872, “de cada mil habitantes livres apenas oito tinham diploma superior. Menos de 1% da população ou, em números absolutos, pouco mais de um milhar e meio de homens” (Alonso, 2002, p. 101). Muitos prestavam serviço para o Estado como administradores, burocratas, engenheiros, diretores de instituições e diversos outros cargos que, variavelmente, abriam-lhes a carreira política, colocavam-nos em contato com o imperador e com as autoridades do alto escalão e conferiam-lhes prestígio social.

Estes colecionadores adquiriram coleções, sobretudo, em empreendimentos coletivos financiados pelo Estado Imperial ou pelos governos provinciais nos anos anteriores à Exposição Antropológica Brasileira. Boa parte deles participou de expedições científicas, militares e de exploração, ocasião que lhes permi-

tiu obter objetos e formar coleções, posteriormente doadas ao Museu Nacional. A título de exemplo, trazemos aqui três casos de colecionamento que evidenciam a participação dos colecionadores nestas expedições, o contato que estabeleceram com as populações indígenas e a aquisição de objetos que depois figuraram na Exposição Antropológica.

Consta no *Guia da Exposição* o nome do Barão de Teffé, o almirante Antônio Luís von Hoonholtz, “expositor” de arcos, flechas, curabis, tacapes, zarabatanas, maracás, flautas, escudo, lanças, remos, vestimentas e outros objetos dos índios do Alto Amazonas e do Ucayale, localizados na fronteira entre o Brasil e o Peru. Nascido no Rio de Janeiro, no ano de 1837, ele estudou na Academia de Marinha, foi sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), participou da Guerra do Paraguai e, no período de 1871-1873, chefiou a comissão responsável pela demarcação da fronteira entre o Brasil e o Peru, tendo depois recebido o título de barão. Foi durante o esforço de demarcação da referida fronteira a ocasião em que o Barão reuniu os objetos que figuraram na Exposição Antropológica.

A definição da fronteira entre ambos os países era um grande problema que vinha sendo tratado desde 1851, quando representantes do Brasil e do Peru discutiam e assinavam acordos para a livre navegação pelo Rio Amazonas e para a definição dos limites territoriais (Novak; Namihas, 2013). Na década de 1860, uma primeira expedição foi enviada ao Rio Javari, no Alto Amazonas, a fim de levar a cabo a demarcação, mas teve seus resultados frus-

trados, em razão da resistência indígena que impediu o avanço da expedição em direção à nascente do rio. A expedição dirigida pelo Barão de Teffé, no início dos anos de 1870, contou com a presença de membros dos governos peruano e brasileiro e com o apoio dos “índios mansos” do Solimões e Ucayale, conforme relatou o Barão em suas memórias, depois publicadas em livro (Marc, 1889).

Os “índios mansos” eram assim denominados quando estabeleciam alianças com os colonizadores. Os resistentes, estes eram qualificados como “índios bravos”. Segundo Almeida (2010), desde o século XVI colonizadores e indígenas se aproveitaram das guerras e rivalidades intertribais para efetivarem seus próprios interesses. E assim ocorreu na expedição liderada pelo Barão de Teffé, exitosa em seus objetivos, pois conseguiu chegar à nascente do Javari, tido como importante marco para delimitação da fronteira. Grupos indígenas aliados somaram forças à expedição contra aqueles que, em oposição, lutaram contra a sua presença. O enfrentamento entre eles foi intenso. Disse o Barão de Teffé, a respeito do conflito com os *selvagens* do Rio Javari, que guardaria um diadema de penas brancas de um chefe tombado em combate “como uma lembrança do dia tão feliz para nós, uma vez que, sem perder um homem, nós, para a nossa vitória de hoje, afirmamos a nossa supremacia nesta região de habitantes indomáveis da floresta” (Marc, 1889, p. 24). O diadema, neste caso, foi ressignificado, tornando-se “troféu de guerra” e lugar de memória da narrativa vitoriosa. Sua coleção, portanto, foi formada a partir

da dupla relação que estabeleceu com os indígenas: de colaboração com certos grupos e de ataque a outros.

O segundo caso de colecionamento é o do comerciante João Ferreira de Andrade Leite. Ele exibiu na Exposição Antropológica flechas de índios *botocudos* com o seguinte registro no *Guia da Exposição* (1882, p. 9): “arrancadas do cadáver dissecado de Silvério da Costa Alecrim, morto pelos Botocudos na Lagoa Grande, a 21 léguas abaixo da Filadélfia, a 17 de Maio de 1882”. Filadélfia estava localizada numa região de intensos conflitos, situada numa área de fronteira entre o litoral Atlântico e o território indígena ainda não explorado (Miki, 2018). O episódio a que se refere a legenda do *Guia* foi o do confronto ocorrido onde se construía a ferrovia Bahia–Minas, empreendimento que pretendia conectar o interior ao litoral. A construção da ferrovia teve início em 1881, quando o engenheiro Miguel de Teive Argollo, juntamente com Carlos Theodoro de Bustamante e os comendadores Francisco de Paula Mayrink e José Pereira da Rocha Paranhos, tornaram-se sócios proprietários do empreendimento. Segundo Argollo, a ferrovia “une pontos longínquos povoados e separados por matas virgens ainda em poder das feras e do gentio bravo, onde ela vai implantar a civilização” (Argollo, 1883, p. 31). As “feras”, às quais se referiu o engenheiro, eram os tradicionais habitantes da região, designados genericamente de *botocudos*. A ferrovia Bahia–Minas foi inaugurada em novembro de 1882. A *modernidade* e a *civilização* representadas pela ferrovia levavam a cabo o processo de invasão do território indígena, o que ocorreu não sem luta, resistência e mortes.

Os jornais, na época, noticiavam os casos de violência. A morte de Silvério, o nosso personagem, foi amplamente divulgada. Dizia-se que, ao matá-lo, os “canibais” comeram o seu corpo, e que foi Antônio Barboza Senna⁶ quem o encontrou, recolheu as flechas e as entregou a um tal Dr. Martins, empreiteiro da ferrovia.

Os índios, que ainda em estado selvagem habitam aquela parte da província de Minas, tem feito grande número de mortes [...]. No dia 17 do passado, [...] Silvério da Costa Alecrim e alguns companheiros foram surpreendidos por grande número de flechas e pedras ponteagudas, que de dentro do mato eram atiradas contra eles, algumas das quais, atravessando a Silvério, fizeram-o cair [...] e extraíndo-lhe toda a carne do seu corpo, levaram-na, provavelmente para comer [...]. (Correria de Índios, 12 de junho de 1882, p. 2).

A mesma matéria segue publicando reclamações da sociedade mineira que, na época, acusava o governo da província de Minas Gerais de pouca reação em relação aos selvagens sob o argumento de que estes não conheciam a moral e a lei.

Em toda a extensão daquela via férrea tem havido grande número de mortos e os indígenas tem por vezes atacado os trens e desprendido carros roubando tudo quanto nelles encontram.

Os infelizes e perseguidos habitantes dos lugares a que nos temos referido, já se dirigiram ao presidente da província e autoridades, queixando-se e pedindo providências. A resposta tem sido sempre esta: os indígenas não tem responsabilidade moral dos seus atos, e por

6 Na década de 1880, Antonio Barboza Senna foi administrador de recebedoria e suplente de juiz municipal em Filadélfia e em Teófilo Otoni.

isso não podem ser punidos com a severidade da lei [...].
(Correria de Índios, 12 de junho de 1882, p. 2).

No jornal *Liberal Mineiro*, foi publicado o Ofício do chefe de polícia ao presidente da província sobre o caso, no qual a autoridade policial comunicava que a condição de não cidadãos dos indígenas era o que os livrava dos preceitos da lei. Somava-se a isso a insuficiência de policiais para conter a “ferocidade dos selvagens”, cujo efetivo era aumentado por forças paramilitares, isto é, com “o engajamento de alguns paisanos para auxilia-lo no serviço da polícia” (Ofício de 13 de junho de 1882, *Liberal Mineiro*, 15 de julho de 1882, p. 2). Diante da constante resistência indígena, o chefe de polícia havia tomado o depoimento de algumas testemunhas, porém “sem esperança alguma de serem punidos, porque atualmente consta-nos que, não sendo aqueles selvagens classificados cidadãos, não se encontram infelizmente em nossas leis artigo algum que a eles se refira” (Ofício de 23 de maio de 1882, *Liberal Mineiro*, 15 de julho de 1882, p. 2).

Sabemos que, diante de um sentimento de impunidade socialmente partilhado, é tendência fazer-se justiça com as próprias mãos. Nesse caso, os “cidadãos”, pessoas “civilizadas” e “de bem”, uniram forças para, “à paisana”, exercerem a repressão e matança dos indígenas. Meses depois do episódio relatado, o ministro da justiça do Império cobrou do governo de Minas Gerais esclarecimentos sobre o massacre de trinta indígenas em 26 de maio – uma semana após a morte de Silvério –, denunciado por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, conselheiro do Império. As

autoridades mineiras, em resposta, disseram desconhecer o fato, não registrado em qualquer comunicação oficial ou particular da província, e que haviam solicitado informações, “com toda brevidade, dando desde logo as providências para a punição dos delinquentes, caso tenha sido perpetrado o gravíssimo atentado”, como consta no Ofício de 14 de julho de 1882 (*Liberal Mineiro*, 15 de julho de 1882, p. 2). Infelizmente, não encontramos qualquer registro que esclareça a denúncia. Inúmeros outros massacres indígenas ocorreram no território dos botocudos, ao longo do século XIX, e tiveram desfecho semelhante: sem punição e sem os devidos esclarecimentos, numa clara associação entre violência privada e complacência do Estado (Miki, 2018). Em alguns deles, foi comum a apreensão das “armas” indígenas, como ocorreu nas proximidades do Rio Pardo, Bahia, em 1881, quando crianças foram capturadas juntamente com um conjunto de “arcos e flechas” (Miki, 2018, p. 139). No caso das flechas que mataram Silvério e que figuraram na Exposição Antropológica Brasileira, elas foram reunidas pelo expositor João Ferreira de Andrade Leite, que era comerciante na Corte e que possivelmente nunca esteve na área de conflito. Não sabemos como ele as adquiriu.

O terceiro caso de colecionamento trata-se da viagem científica realizada por Ladislau Netto para formar coleções especialmente para a Exposição Antropológica. Embora seu nome não conste no *Guia da Exposição*, os objetos por ele reunidos certamente tiveram como “expositor” o próprio Museu Nacional que, aliás, foi o detentor da maioria dos objetos exibidos naquela ocasião. Dife-

rentemente das práticas de colecionamento que ocorreram em contextos de conflito armado, as coleções formadas por Ladislau Netto contaram com a colaboração dos indígenas, numa relação que envolveu negociações e trocas. No início do ano de 1882, ele foi ao Pará coligir objetos indígenas em companhia de Domingos Soares Ferreira Penna, naturalista do Museu Nacional e diretor do Museu Paraense. Ambos circularam nas aldeias e permaneceram por doze dias com os indígenas (Sanjad, 2010). De acordo com a Gazeta de Notícias, Ladislau Netto trouxe do Pará

objetos indígenas em grande parte adquiridos por si diretamente, quer em escavações [...], quer no meio de relações e permutas que estabeleceu com alguns aldeamentos, aonde, para melhor estudar os costumes dos aborígenes, teve de passar alguns dias. (Gazeta de Notícias, n. 72, 1882, p. 1).

O mesmo jornal noticiou que moldes de índios em papel machê representariam “remadores de duas ubás trazidas pelo Sr. Ladislau Netto do Amazonas e destinadas à Exposição” (Gazeta de Notícias, n. 152, 1882, p. 1). Não só ubás foram trazidas por Ladislau, mas também foi colocada em uma das salas da exposição “uma maloca do tuxaua do aldeamento Potiritá [...], maloca em que dormiu algumas noites o próprio Sr. Diretor do Museu e aonde pode reunir grande parte dos habitantes daquele aldeamento” (Gazeta de Notícias, n. 2012, 1882, p. 1). Os objetos arqueológicos adquiridos por Ladislau foram obtidos em Pacoval e Santa Izabel, e os etnográficos, nas aldeias dos Tembê localizadas próximas ao Rio Capim. Infelizmente, o jornal só menciona os objetos trazi-

dos por Ladislau e não faz referência às coisas que ele levou para realizar a permuta. Seria bastante interessante analisar o valor das coisas trocadas. De todo modo, fica evidente a colaboração dos indígenas com a ação de Ladislau mediante contrapartidas: para trazer coisas, Ladislau precisou levar outras.

Essas três situações históricas indiciam o quanto a coleta de objetos e o seu colecionamento foram conduzidos por atores que, em proveito da integração e do *progresso* nacional, e numa interação desigual com os indígenas, ressignificaram seus objetos, transformando-os em troféus de guerra, em representações da inferioridade cultural do vencido, em material científico acerca do *primitivo* ou em signos de prestígio. Vale ainda ressaltar que contar com o apoio de colaboradores não inseridos no mundo da ciência em trabalhos etnográficos não foi algo exclusivo do Brasil. Na França, por exemplo, até as primeiras décadas do século XX, a divisão do trabalho no campo da etnologia consistiu no estabelecimento de uma vasta rede que articulava estudiosos e amadores. Estes consistiam em agentes coloniais (administradores, viajantes, militares, médicos, colonos e missionários) que colaboravam na coleta de dados, seguindo as orientações fornecidas pelos estudiosos, a quem cabia a operação de classificá-los e compará-los, e no recolhimento dos objetos etnográficos, que serviam como provas a serem acumuladas e conservadas para fins de estudos das sociedades sem escrita (L'Estoile, 2003).

O envolvimento de indígenas – ora marcado por conflito, ora marcado por colaboração – nas situações de conquista e avanço sobre territórios, das quais resultaram o colecionamento de coi-

sas que, posteriormente, viraram acervo de um museu nacional, permite-nos tomar as coleções como índice do encontro entre índios e não índios nos Oitocentos. Mas, se as coleções etnográficas são portadoras de histórias de contato, a sua exibição em museus nem sempre é reveladora destas histórias. Ao contrário, ela apaga as narrativas oriundas das experiências do colecionamento e reforça o caráter exemplar e autêntico conferido às peças. No museu, os objetos são ordenados em vitrines para encantamento do observador, tornando-se, muitas vezes, expressão naturalizada de entidades sociais. Nas salas da Exposição Antropológica Brasileira de 1882, os objetos foram arranjados para conformação de uma linguagem expositiva que privilegiasse as ciências do homem, em desenvolvimento no Museu Nacional. O que se pretendia era dar a ver objetos classificados como etnográficos, antropológicos e arqueológicos dos *primitivos* habitantes do Brasil, legitimando, assim, as práticas científicas da instituição e construindo uma narrativa sobre a nação.

Figura 1 - Sala Rodrigues Ferreira. Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena, 1882, Museu Nacional



Foto: Marc Ferrez (1843-1923). Fonte: Biblioteca Nacional.

Da circulação de indígenas no Museu Nacional

Além de objetos, a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 igualmente exibiu pessoas. Seus organizadores se viram motivados, em função da realização daquela Exposição, a levarem diversos indígenas ao Museu Nacional. A circulação dos indígenas no espaço museológico, durante a Exposição Antropológica, foi marcante. Sua presença se deve, em grande parte, ao interesse dos cientistas em empregá-los na identificação dos objetos cole-

cionados, sujeitá-los aos exames antropométricos, codificar sua língua e utilizá-los para a diversão pública ao apresentá-los com roupas típicas para performance de cantos e danças. Este tipo de exibição, muito recorrente em outros lugares do mundo, foi comum no Museu Nacional, e incluiu um número considerável de pessoas. Por outro lado, a permissão dos indígenas para que se deixassem examinar ocorreu mediante algumas contrapartidas, como o recebimento de alimentos, vestimentas, dinheiro e ferramentas ou simplesmente “brindes”, expressão comumente usada na documentação da época para designar estas coisas. Quer dizer, ainda que em posições desiguais, foi preciso muita negociação para que os homens de ciência conseguissem a colaboração dos grupos indígenas que se dirigiram ao Museu Nacional e que se tornaram “peças” essenciais ao sucesso dos projetos científicos da instituição.

Temos aí o caso do sequestro de uma “família de botocudos” que foi levada do Espírito Santo em direção à Corte para ser escrutinada e exibida no Museu Nacional. O presidente da província do Espírito Santo, Inglês de Souza os ludibriou, fazendo-os acreditar que iam para o Rio Doce, onde viviam, quando na verdade estavam sendo deslocados para o Rio de Janeiro. Em 29 de junho de 1882, a Gazeta de Notícias anunciava a sua chegada à Corte:

Pelo valor Ceará, esperado amanhã dos portos do Norte, deve chegar a esta Corte sete botocudos, acompanhados de um intérprete e constituindo uma só família. Estes índios são remetidos para a Exposição Antropológica pelo Sr. Dr. Inglês de Souza, presidente da província do Espíri-

to Santo, que promete ao Sr. Diretor do Museu enviar-lhe maior número de botocudos dos mais curiosos, isto é, dos mais puros. (Exposição Antropológica. Gazeta de Notícias, n. 178, 29 de junho de 1882, p. 1).

O grupo de sete indígenas tratava-se de Joaquim Pedro, Benta, Thomé, Thomaré, Nazareno e outros dois indígenas sem nome identificado. De acordo com o *Guia da Exposição Antropológica*, Joaquim Pedro tinha 60 anos e era pai de Thomé, que tinha 8. Benta, com 16 anos, era uma de suas duas mulheres. Thomaré e Nazareno, a quem são atribuídas idades de 60 e 16 anos, respectivamente, não tiveram grau de parentesco definido. A segunda mulher de Joaquim Pedro e o outro menino citado no Ofício não foram identificados. Eram oriundos do aldeamento do Mutum, situado próximo ao Rio Doce, fronteira entre Espírito Santo e Minas Gerais, e foram pintados a óleo por Décio Villares e por Francisco Aurélio de Figueiredo, cujos quadros ficaram expostos na Sala Anchieta da Exposição Antropológica. Acompanhou-nos, na viagem, além de um intérprete, o engenheiro João Cassiano de Castro Menezes e o fotógrafo Joaquim Ayres.

Inglês de Souza escreveu a Ladislau Netto a respeito dos indígenas que lhe enviara:

Pelo vapor que esta leva segue uma família, composta de 7 pessoas, são indígenas do Rio Doce. Vão acompanhados do intérprete, sem o qual não andam. Essa família dará aos visitantes da Exposição uma ideia exata do que são os índios do Rio Doce, pois é composta de um velho, casado com duas raparigas, uma velha, um rapaz e dois meninos de diversas idades. Duas das mulheres tem o tradicional

botoque. São índios mutuns, família, segundo creio, da nação Aymoré.

Cantam e dançam de modo muito curioso e tocam gaita pelo nariz. Andam completamente nus; aqui fiz dar-lhes algumas roupas, alguns já falam alguma coisa do português, outros nada. É preciso entrete-los na ideia de voltar breve e trata-los bem, com pequenos presentes etc. V. S.a melhor do que eu sabe o que deverá se fazer. É condição indispensável que V. S.a os faça voltar com o intérprete, logo que for possível. [...] Recomendo-lhe mais uma vez meus botocudos, que vão ficar furiosos comigo, porque lhe fiz supor que o vapor os levaria para o Rio Doce.⁷

O grupo enviado à Corte possivelmente se tratava de pessoas de prestígio entre os Naknanuk e com valor de exploração entre os colonizadores. Joaquim Pedro, o “velho casado com duas raparigas”, poderia deter privilégios entre os seus, considerando que naquela sociedade “os homens mais velhos gozavam de prerrogativas e prestígio, ocupando posição especial nas reuniões masculinas” (Paraíso, 1998, p. 424). Já as crianças, ou kurukas, eram “altamente valorizadas no comércio regional” (Paraíso, 1998, p. 419). Para Inglês de Souza, eles eram “da nação Aymoré”. Já no *Guia da Exposição*, foram definidos como Naknanuk.

Desde os tempos coloniais, “aymoré” e “tapuia” foram categorias utilizadas para designar os indígenas de diversas filiações linguísticas não Tupi que reagiram com guerra aos colonizadores e que foram acusados de praticar a antropofagia. Diferentemente do Tupi, que representava a matriz de nacionalidade, o índio

7 BR.MN.DR.AO. Pasta 21. Doc. 121. 28/06/1882. Ofício do presidente da província do Espírito Santo ao diretor do Museu Nacional.

do romantismo, o nobre guerreiro aliado dos colonizadores, porém extinto em virtude da miscigenação com os portugueses, os Tapuia representavam o índio contemporâneo, “o traiçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização” (Monteiro, 1996, p. 16). Os Naknanuk pertenciam ao tronco linguístico Macro-Jê. Foi apenas no final do século XIX, quando apareceram, em decorrência de contatos mais intensos, os subgrupos linguísticos referentes aos indígenas de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, que o termo botocudo a eles atribuído deixou de ser dominante. Seu uso havia se generalizado desde o século XVIII, quando os portugueses o utilizavam para se referir aos indígenas que utilizavam botoques – discos de madeira labial e auricular (Paraíso, 1998). Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, o príncipe regente D. João assinou a *Carta Régia de 13 de maio de 1808*, com a qual declarou *guerra justa aos botocudos* e tornou devolutas suas terras. A acusação de canibalismo justificava a decisão beligerante. Ser *botocudo* significava, portanto, ser *selvagem*, antropófago e inimigo da *civilização*.

Na segunda metade do século XIX, o *botocudo* recebeu uma nova classificação: a de *primitivo*. Se, nominalmente, era algo novo, estruturalmente permanecia a visão negativa que lhe era reservada. O discurso científico tornou o *botocudo* o descendente mais próximo dos primeiros habitantes do Brasil. O botocudo, então, seria o mais inferior dos povos indígenas. Tal ideia era baseada nos estudos comparativos de medição de crânios, conduzidos por João Batista de Lacerda, que dizia haver semelhanças entre os *botocudos* e a raça pré-histórica de Lagoa Santa (Castro

Faria, 1999, p. 34). Portanto, o *botocudo*, sob a ótica da ciência, era a evidência da vida *primitiva* de outros tempos e estava, conseqüentemente, fadado à extinção. Nesse sentido, exibir pessoas que corporificavam tamanha brutalidade e ferocidade tornou-se um interessante espetáculo.

A oportunidade para ver a “família de botocudos” levada à Exposição Antropológica Brasileira atraiu uma multidão, ainda que a presença de *botocudos* na capital do Império não fosse algo incomum. Em 1808, o governo disponibilizou recursos para assistir *botocudos* que se encontravam na Corte; em 1816, Debret retratou *botocudos* que estavam na Corte para conhecer o príncipe regente; em 1840, o líder *botocudo* Guido Pokrane esteve com o imperador Pedro II (Silva, 2016). No caso da “família de botocudos” que desembarcou no Rio de Janeiro, em 1882, a divulgação nos jornais da sua chegada à capital do Império e a recepção em uma instituição científica fez da sua presença na Corte um evento, servindo de motivação para o grande interesse popular. Ademais, a divulgação de que aqueles *botocudos* eram “curiosos” porque “puros”, isto é, de que seus costumes, tidos como originais, estariam conservados, pode ter alimentado o desejo de ver *selvagens* autênticos.

Consta que Ladislau teve problemas em mantê-los no centro da cidade e em controlar o acesso do público ao Museu Nacional, por conta da multidão eufórica em vê-los. O grupo desembarcou em 5 de julho de 1882, e foi inicialmente instalado no Corpo

de Bombeiros, localizado no Campo de Santana,⁸ em prédio vizinho ao Museu Nacional. Depois, ele foi levado ao Palácio de São Cristóvão, mais afastado da área central, onde estaria protegido da multidão. A medida foi necessária porque, além de Inglês de Souza ter exigido, no Ofício que enviou a Ladislau, “trata-los bem” (*sic*), os indígenas estavam “incomodados” com toda a situação ou, mais do que isso, certamente deveriam estar “furiosos”, como previu Inglês de Souza, por terem sido enganados sobre o destino para onde iam.

É pena porém que uma parte do público não tenha compreendido o espírito de caridade que devemos ter para os pobres índios botocudos que de bom grado se prestam aos estudos a que os sujeitam no Museu e que os tenham perseguido de modo inqualificável já no seu próprio abrigo no jardim do Campo, já no Museu apesar de fechadas as portas daquela repartição, em cujas imediações estaciona uma onda de povo a espera dos pobres selvagens [...]. A vista disso, o Sr. Diretor do Museu entendeu muito acertadamente retirar-los para fora da cidade até que possam ser vistos pelo povo de modo conveniente e com um entusiasmo menos incomodo aos mesmos índios. (*Gazeta de Notícias*, n. 188, 1882, p. 1).

Segundo a *Gazeta de Notícias*, era “extraordinária a quantidade de pessoas que visitam aos domingos os salões da Exposição Antropológica, onde mal se podem mover, nada vendo do que vão ver” (*Gazeta de Notícias*, n. 225, 1882, p. 1). Na edição da semana

8 Cf. BR.MN.RA.8. Livro de ofícios (1881-1885). 02/09/1882. Ofício do diretor do Museu Nacional ao diretor da Diretoria de Comércio do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas.

anterior, o mesmo jornal informava: “Foi ontem tão numerosa a concorrência da exposição antropológica, que foi necessário por vezes proibir a entrada.” (Gazeta de Notícias, n. 218, 1882, p. 1). Os salões do Museu foram insuficientes para abrigar a todos:

A multidão que ontem visitou a Exposição Antropológica foi imensa, tendo o Sr. Diretor do Museu sido obrigado a mandar suspender algumas vezes e por alguns minutos a entrada da onda do povo, para o qual não havia capacidade suficiente nos salões da Exposição. (Gazeta de Notícias, n. 211, 1882, p. 1).

Não só a *Gazeta de Notícias* deu notoriedade à presença dos *botocudos*. A *Revista Illustrada*, de Angelo Agostini, imprimiu em suas páginas uma representação irônica do que foi o grande interesse público para ver os *selvagens* do Rio Doce.

Tanto interesse pela ciência espanta-me; mas eu acabo por verificar que toda essa curiosidade dos visitantes é apenas para ver índios. Com efeito, apenas entrados, percorrem, olham, caçam [...]. Reclamações, protestos, movimento já de partida... Um gaiato lembra-se de espalhar que os índios estão escondidos nos aposentos do diretor do Museu; e eis os aposentos particulares do Dr. Ladislau Netto invadidos até a cozinha. Procuram, caçam, varejam toda a casa... Os índios, coitados, corridos da selvageria fluminense, há muito já se tinham ido refugiar em São Cristóvão, junto ao grande cacique. (Revista Illustrada, n. 310, 1882, p. 6).

Os *botocudos*, obviamente conscientes da situação humilhante em que se encontravam, manifestaram resistência e buscaram assegurar seus interesses, apesar dos limites impostos a seu

agenciamento naquela ocasião. Tentaram a fuga perante o constrangimento, a “perseguição inqualificável”, a “onda do povo”, o “medo de serem devorados” e a “selvageria fluminense”. Impedidos de retornarem para as suas casas, até porque certamente desconheciam o caminho da volta, os *botocudos* criaram dificuldades para o andamento das ações visadas pelos cientistas e colocaram a necessidade de negociação. O então ministro da agricultura recomendou a Ladislau Netto “a distribuição de alguns brindes aos índios (que poderá ser feita à conta da catequese) para aquietá-los até a Exposição Antropológica do Museu”.⁹ Ocorre que, entre os *botocudos*, “a aquisição destes bens estabelecia, entre os índios, a noção de prestígio social para os detentores” (Paraíso, 1998, p. 418), o que é muito diferente do que está posto no documento, que toma os bens como meras distrações para entretê-los.

O grupo de *botocudos* aceitou participar da exposição pública e dos experimentos no Museu Nacional mediante recompensas que eram, no limite, o que podiam negociar. É possível que a promessa de que retornariam para casa tão logo se submetessem ao que lhes impuseram tenha também os motivado ao aceite. Como escreveu Inglês de Souza no Ofício endereçado a Ladislau, era “preciso entretê-los na ideia de voltar breve”. Segundo Nascimento (1991), no dia 6 de agosto eles foram exibidos na Quinta da Boa Vista e no dia 20 de agosto o Museu Nacional foi fechado ao público para que eles fossem examinados pelos estudiosos.

9 BR.MN.DR.AO. Pasta 21 Doc. 148. 26/07/1882. Ofício do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas ao diretor do Museu Nacional.

Infelizmente, não temos informações sobre sua exibição, mas os experimentos feitos com eles estão bem documentados.

A medição da força muscular foi um dos exames registrados por João Batista de Lacerda. Com base nele, Lacerda concluiu que a força do homem branco era superior à do indígena que, por sua vez, não produzia “a mesma quantidade de trabalho útil, no mesmo tempo, que os indivíduos de outra raça” (Lacerda, 1882, p. 7). O médico Moura Brazil também examinou os *botocudos*. Ele buscou investigar o campo visual dos indígenas, concluindo que, nos índios *botocudos*, “o campo da cor verde revelava-se neles mais lato do que costuma ser na raça branca” (Lacerda, 1905, p. 101). Finalmente, um terceiro exame registrado por Lacerda consistiu no uso de uma bobina de Ruhmkorff para testar a reação do *selvagem* diante de “sensações desconhecidas” e de “forças ocultas”. Tal aparelho, criado em meados do século XIX pelo alemão Heinrich D. Ruhmkorff, produzia corrente elétrica, e foi muito utilizado em laboratórios para o estudo da eletricidade. Um dos *botocudos* foi orientado a tocar no aparelho produtor de eletricidade e, em consequência do choque elétrico, teve a reação de pavor. Segundo Lacerda, durante cinco minutos após ter tomado o choque, o “Botocudo ficou mudo, estático, o olhar fixo com a expressão fisionômica do terror. [...] não indagou o que era; mas negou-se peremptoriamente daquele momento em diante a ter contato com a mesa sobre a qual estava o aparelho” (Lacerda, 1905, p. 101).

A tortura aplicada ao indígena não sensibilizou Lacerda, que, ao publicar sobre os experimentos na *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, lamentou que certa ordem de experiências com humanos fossem “condenadas pela moral e pelas leis” (Lacerda, 1882, p. 6), ainda que necessárias à busca da verdade a respeito da raça. Lacerda defendeu a aproximação da antropologia com a fisiologia, cujos recursos poderiam auxiliar a ciência antropológica na solução de suas questões (Lacerda, 1882). A fisiologia se tornou um saber fundamental das práticas laboratoriais na segunda metade do século XIX, as quais corroboravam a imagem *civilizada* da nação (Gomes, 2013). O laboratório passou a ser o ícone da *modernidade* e do *progresso*. Isto porque uma nova cientificidade foi então validada. A ciência experimental instituiu um olhar desvinculado da anatomia, que incidia sobre a matéria em seu estado estático, e se voltou para o corpo em seu estado dinâmico, a fim de melhor compreender os fenômenos da vida. A sofisticação tecnológica dos aparelhos de experimentação permitiu a execução desse novo modelo de análise e deu a ele a neutralidade, a objetividade e a precisão necessárias à produção do conhecimento científico que, agora, se via livre de atributos subjetivos (Gomes, 2013). De posse destes aparelhos, a antropologia pôde, em bases pretensamente científicas, prescrever verdades que justificaram as desigualdades humanas e as relações de poder em situações de exploração.

O cansaço e a violência sofrida pela família de *botocudos* pesaram sobre ela. De acordo com o *Jornal do Comércio*, os indígenas “estavam de contínuo a pedir ao Sr. diretor do Museu que os

mandasse para as suas quigêmes, cabanas em que mal se podem abrigar” e Joaquim Pedro, o “chefe da família”, encontrava-se profundamente abatido e “mal respondia as raras informações que se lhe faziam” (Jornal do Commercio, n. 242, 31 de agosto de 1882, p. 3). Diante de sua “nostalgia”, Ladislau autorizou sua partida. Ou, diríamos nós, esgotadas as possibilidades de negociação com os indígenas para estender sua permanência na Corte, e tendo o grupo já sido exibido e submetido a toda sorte de exames, Ladislau permitiu que fossem embora. No dia 29 de agosto, os *botocudos* finalmente retornaram ao Espírito Santo, dois meses antes do fim da Exposição Antropológica.

Não foram apenas os *botocudos* a irem ao Museu Nacional para exibição pública e sujeição aos estudos da antropologia física. Xerente, Kaingang, e Guarani tiveram experiências semelhantes.¹⁰ A presença destes indígenas no Museu Nacional decorreu em grande medida do interesse dos agentes do Império em tê-los não apenas como entretenimento para o público da Corte, mas sobretudo como “objeto” de ciência. Bem articulados numa consolidada rede administrativa, estes agentes conduziam os indígenas até o Museu depois de trazê-los até a Corte. Esta complexa operação exigia autorizações, liberação de verbas e planejamento logístico (deslocamento e hospedagem) dos diretores de aldeamentos, ministros e presidentes provinciais. Eles se aproveitavam da frágil condição social desses grupos (fome, guerra e pobreza geradas pela perda de terras) para lhes oferecer suprimentos básicos à sobrevivência como contrapartida

¹⁰ Sobre a presença de diferentes grupos indígenas no Museu Nacional, ver Agostinho, 2020.

pelo aceite em se deixar examinar. Modelagem e mensuração dos corpos, registro do vocabulário e testes físicos estavam entre as averiguações científicas.

Caso interessante é o do Kayapó de nome Anhorô. Este é um personagem vez ou outra mencionado nos trabalhos que descrevem a Exposição Antropológica Brasileira, onde ele é geralmente apresentado como “o guarda da Exposição”. Tal menção decorre do registro feito no *Guia da Exposição Antropológica* indicando que, na sala Anchieta, junto de diversos outros quadros retratistas, lá estava a pintura de Anhorô, “indígena Cayapó, atual guarda da Exposição Antropológica; de 20 anos de idade; em busto. Pintado a óleo ao natural por Décio Vilares” (*Guia da Exposição Antropológica*, 1882, p. 64, item n. 5). Se olharmos os significados de “guarda” nos dicionários da época, veremos que José Marques Anhorô, seu nome completo, desempenhou no Museu funções que iam além da vigilância, sentido que imediatamente atribuímos àquele termo. A documentação que consultamos permitiu-nos entender que a trajetória de Anhorô¹¹ foi bastante complexa e que, no Museu Nacional, para além de “guarda”, ele foi mediador.

11 Em trabalho anterior, publiquei outra imagem atribuída a Anhorô. O equívoco foi decorrente da documentação museológica que identificava o quadro de um indígena do Amazonas como sendo o retrato de Anhorô e o quadro deste estava identificado como sendo daquele. Durante o desenvolvimento da pesquisa pude constatar que os registros estavam trocados. A pintura que retrata o índio do Amazonas pode ser vista em Agostinho (2017).

Figura 2 - Decio Villares. Anhorô. 1882.
Óleo sobre tela. 52,5 x 43,5 cm. Em busto¹²



Fonte: Museu Nacional/UFRJ.

As tarefas desempenhadas por Anhorô no Museu Nacional foram variadas. Na documentação a seu respeito, encontramos categorias que o identificavam como “guarda”, “empregado” e “servente”. No já citado *Guia da Exposição Antropológica*, ele foi

¹² A tela corresponde ao n. 869 do Catálogo Geral das Coleções de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. v. 1. 1906. SEE/MN. Manuscrito.

identificado como “guarda da Exposição”. Numa edição do *Jornal do Comércio*, de 1885, três anos após a chegada de Anhorô ao Museu, Ladislau se referiu a ele como “empregado”. Nos documentos administrativos do Museu Nacional, Anhorô aparece na relação de “serventes”. De acordo com o *Diccionario da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, “guarda” é “a pessoa que tem a vigiar alguma coisa”, mas é também “curador”. Para curador, o mesmo dicionário descreve ser aquele “que tem cuidado, e administração dos bens”. (Silva, 1877, p. 576). Já no *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, de Frei Domingos Vieira, “guarda” significa “pessoa encarregada de fiscalizar alguma coisa ou pessoa, e olhar pela sua conservação e bem estar” ou ainda “empregado encarregado da guarda de certos depósitos – guarda dos móveis da corôa” (Vieira, 1874). Aqui também aparece “tutor, curador, protetor, patrono” como sentido atribuído ao termo. Para designar empregado, encontramos a descrição: “ocupado em serviço de alguém; o que exerce um emprego público ou particular; o que exerce emprego em repartição do Estado” (Silva, 1877, p. 746-747). Já para servente temos: “o homem que ajuda em trabalho [...]. Pessoa que serve outra; criado” (Vieira, 1874, p. 506).

Ao que parece, Anhorô atuava no Museu Nacional exercendo múltiplas atividades, “servindo” o diretor nas necessidades da instituição e “guardando” as coleções ou qualquer bem do Museu, sendo remunerado por isso. Na sua folha de frequência¹³ do ano

13 Cf. BR.MN.DR.AO. Pasta 22. Doc. 206. 1883. Relação das faltas cometidas pelos serventes do Museu Nacional no ano de 1883.

de 1883 constava o salário de 50\$000 (cinquenta mil réis) pago mensalmente.¹⁴ Anhorô também identificava objetos. No Jornal do Comércio, Ladislau, ao escrever sobre a pré-história da América do Sul e sobre o uso dos tembetás pelos indígenas do vale do Tocantins e do Araguaia, citou Anhorô, “empregado” do Museu Nacional, que lhe fornecera informações acerca dos tembetás:

Segundo informações que tenho do índio Anhorô, Cayapó inteligente e atualmente empregado neste Museu, adornam-se de tembetás os Cayapós, que habitam quase todo o vale do Araguaia, os Javohés (sub-tribo Carajá), povoadores da ilha do Bananal, os Chambeoás, os Cherentes e os Jorés, que ocupam o baixo Araguaia, os Poré-Kôres, os Carajás e os Chavantes, encontrados ao longo do Araguaia e do alto Tocantins. Os Pinnagés, denominados Uabinonres pelos Cayapós, conquanto tenham um ou outro representante ornado de tembetá, usam de preferência do disco de madeira, a exemplo dos Botocudos do Rio Doce. (Netto, 1885, p. 2).

Ladislau utilizou as informações fornecidas por Anhorô para tecer sua análise, descrevendo com detalhes as populações indígenas. Deve ter sido recorrente, nos anos em que Anhorô esteve no Museu, o baseamento de Ladislau nos saberes de Anhorô a respeito dos objetos indígenas. Ladislau também afirmou, em nota de rodapé, que Anhorô escrevia e lia corretamente a língua portuguesa e que conhecia alguns “dialetos” aprendidos no colégio de Leopoldina, onde conviveu com crianças de diferentes grupos

14 Naquele mesmo ano, o salário aproximado do diretor do Museu Nacional era de 500\$000 e do porteiro 66\$000. Cf. BR.MN.DR.AO. Pasta 22. Doc. 78. 1883. Despesas feitas no Museu Nacional nos meses de julho de 1882 a maio de 1883.

índigenas. Por dominar diversas línguas, ele estaria apto para os projetos do governo relativos à catequese (Netto, 1885, p. 2).

Foi Aristides Spínola, ex-presidente da província de Goiás e deputado na Assembleia Legislativa do Império no ano de 1882, quem intermediou a chegada de Anhorô ao Museu Nacional. Em carta destinada a Ladislau, ele escreveu que Anhorô era “um índio muito atencioso, de excelente comportamento, não obstante pertencer a essa raça altiva e audaciosa, que tantas vezes tem acometido os habitantes do Rio Verde e Rio Bonito, em Goiás”.¹⁵ Bem recomendado por Spínola, Anhorô foi então recebido no Museu Nacional e ali trabalhou por alguns anos. Desconhecemos as condições da sua viagem de Goiás a Corte. Sabemos apenas que a sua história e a do seu povo esteve cercada de lutas, alianças, resistências e extermínio.

Anhorô viveu na região dos rios Bonito e Verde, sul de Goiás, e estudou no Colégio Isabel, situado em Leopoldina – hoje Aruanã. O Colégio Isabel, onde estudou, foi fundado em 1871, e era destinado a crianças indígenas das “margens do Araguaia. Admite menores de ambos os sexos, e os educa, conservando-lhes o uso das línguas das tribos a que pertencem, para, assim, habilitá-los a servirem de intérpretes”.¹⁶ O Colégio tinha, naquele ano, 21 crianças e integrava o projeto indigenista de Couto de Magalhães em “criar um centro formal de educação de índios com vistas a sua integração na sociedade nacional e eventual utilização no

15 BR.MN.DR.AO. Pasta 21. Doc. 138. 12/07/1882. Carta de Aristides Spínola a Ladislau Netto.

16 Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do ano de 1876 apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1877, p. 484.

trabalho de pacificação e assistência a outros grupos indígenas (Neto, 2005, p. 180). Em 1875, somavam 39 menores matriculados e 52 no ano de 1879 (Neto, 2005). Ali, pretendia-se *civilizar* as crianças Kaiapó, Tapirapé, Karajá, Xavante, Gorotiré, Guajajara e Xerente, transformando-as em trabalhadores nacionais. Para aquisição dos alunos, o uso da violência, rapto e apresamento foi relatado nos documentos da época (Marin, 2009).

Anhorô, depois de ter estudado no Colégio Isabel, com cerca de 20 anos de idade, seguiu para o Rio de Janeiro, não sabemos se voluntariamente ou coercitivamente, enviado por Aristides Spínola. Isto num tempo em que conflitos intensos ocorriam, especialmente na década de 1880, entre colonos e Kayapós, nas proximidades do Rio Bonito (Karasch, 1992). Não à toa, disse Spínola a Ladislau, no documento já citado, que Anhorô era um índio pacífico, isto é, “de excelente comportamento”, e que não pertencia “a raça ativa e audaciosa que tantas vezes tem acometido os habitantes do Rio Verde e Rio Bonito em Goiás”.¹⁷

A região do Rio Bonito, desde fins da década de 1850, era palco de combates entre Kayapós e lavradores. A resistência ao avanço dos não índios sobre o território Kayapó rendeu ao grupo a fama de serem hostis e de índole vingativa (Neto, 2005). O próprio Spínola, quando presidente da província de Goiás, escreveu em 1880:

sobre a conveniência de catequizar os selvagens das cabeceiras do Araguaia, que trazer em sobressalto os moradores dos Municípios do Rio Verde e Rio Bonito, vítimas, não poucas vezes, de suas terríveis excursões. A

17 BR.MN.DR.AO. Pasta 21. Doc. 138. 12/07/1882. Carta de Aristides Spínola a Ladislau Neto.

zona do Rio Verde, que se dilata entre o Paranaíba e o Araguaia, é uma das mais apropriadas da Província para a indústria pecuária. Por isso, estava sendo progressivamente povoada principalmente por mineiros; e é de lastimar que estejam os povoados expostos aos ataques dos selvagens do Cayapó. Desde os tempos coloniais aqueles silvícolas atacam a população cristã e vice-versa. (Spínola *apud* Neto, 2005, p. 189-190).

Spínola também se valeu de intérpretes do Colégio Isabel em incursões entre os Karajá. De acordo com o seu relatório de exploração do Rio Araguaia, em 1880, o intérprete Jurivé, ex-aluno do referido colégio, o acompanhou nas visitas às aldeias e chorou ao reencontrar seus familiares. Ainda no mesmo relatório, disse Spínola ter usado uma banda musical como um “inocente instrumento de conquista” com os índios e que estes, em razão das notícias de aprisionamento no Colégio Isabel, escondiam suas crianças das vistas dos cristãos:

Ao aproximar-se o vapor da praia correm os meninos para o mato, onde os pais os mandam esconder. [...] Procurei fazer desaparecer esse receio e consegui que em muitos lugares fossem chamadas as crianças que estavam escondidas.

Muitas tremiam e agarravam-se às mães pensando que eu queria arranca-los d’aldeia. Ao chegar entre eles era preciso gritar: - *Idira como que! Brebucomo que!* Não corram! Não fujam! Depois agradava muito aos pequenos e lisonjeava as mães dizendo que os filhos eram bonitos. (Spínola, 1880, p. 43).

A situação histórica apresentada nos autoriza imaginar a condição vivida por Anhorô. É possível que ele tenha sofrido a perda

de seus laços familiares ao ser levado para o Colégio Isabel, onde estudou. É possível também que a experiência do distanciamento do seu território tenha lhe exigido um novo modo de ser e estar no mundo. Vivendo entre os conquistadores, precisou se reinventar, o que nos faz pensar sobre os limites e possibilidades de suas escolhas e estratégias de sobrevivência, em Goiás e na Corte. O domínio que tinha das línguas portuguesa e indígenas lhe permitiu atuar entre pessoas de prestígio no mundo político e científico dos Oitocentos. Se a língua foi usada como instrumento de dominação pelos colonizadores, no caso de Anhorô ela também pode ser empregada como elemento de negociação e resistência.

Quanto à Exposição de 1882, a função desempenhada por Anhorô não foi estritamente a de vigilante, como imediatamente nos faz supor o *Guia da Exposição Antropológica*. Sabemos que, para a mostra, Ladislau solicitou dez praças à Polícia da Corte, a fim de “manterem a ordem enquanto se conservar aberta a Exposição Antropológica Brasileira”.¹⁸ Anhorô não integrava os quadros da polícia e a sua função, portanto, era outra. O “guarda”, neste caso, foi usado para designar uma situação singular naquele tempo: um indígena, num museu, responsável por zelar pelas coleções e, por que não, mediar a relação entre o público e as coisas expostas.

É significativo que Anhorô, não sendo Tupi, tenha sido tomado como um índio exemplar. Ao ser representado no quadro pinta-

18 BR.MN.RA.8. Livro de officios (1881-1885). 26/07/1882. Officio do diretor geral Ladislau Netto ao Tenente Coronel Antônio Germano de Andrade Pinto, comandante geral do Corpo Militar da Polícia da Corte.

do por Décio Villares e exibido na Exposição Antropológica, ele aparece vestido em um luxuoso traje: paletó, camisa, colarinho e gravata borboleta. Diferentemente, os índios selvagens foram retratados usando botoques, colares de dentes e trajes típicos (Nascimento, 1991). Na imagem de Anhorô, vemos o orifício auricular esquerdo alargado, o que contrasta com sua nobre veste e indica a sua condição de *ex-selvagem*, de quem foi usuário do famigerado botoque, ornato signo da selvageria, mas que alcançou o estado da *civilização*. Para os homens do Império, Anhorô era um índio distinto. Ele representava o sucesso de um projeto civilizatório que se voltou para as crianças indígenas, com vistas a transformá-las em adultos afinados com os interesses do Império. Para nós, Anhorô foi um resistente. Considerando que os Kayapó do Sul foram dizimados em face dos avanços da atividade pecuária sobre seu território e da violência colonizadora em Goiás (Ataídes, 1998, p. 179), Anhorô, sem muitas escolhas, optou pela ação individual, e aproveitou da sua *expertise* para fazer da mediação uma prática de sobrevivência e das alianças, uma estratégia para se integrar à sociedade nacional.

Buscamos apresentar elementos que nos permitissem entender a participação dos indígenas nas práticas científicas desenvolvidas no Museu Nacional e as interações estabelecidas entre eles e os agentes a serviço do Império. Nossa preocupação foi compreender de que modo os indígenas constituíram relações e estratégias que desembocaram em resistências e adaptações, examinando, como escreveu Oliveira (2016, p. 7), “as múltiplas formas de agência e participação que as populações autóctones

tiveram na construção da nação”. Tomamos as coleções como ponto de partida para histórias da conquista e das práticas de representação. Aí, o colecionismo assumia capital importância porque se presumia ser possível, por meio das coleções, fazer um inventário dos grupos humanos e, assim, ter acesso aos modos de ser, fazer e pensar dos indígenas, contemporâneos e extintos. A importância do colecionismo era dupla: primeiro, contribuía para esquadrihar a população e o território, marcando a singularidade do Brasil no rol das nações civilizadas. Segundo, os objetos funcionavam como arquivo, especialmente num tempo em que a extinção dos indígenas era uma verdade consolidada.

Quanto aos indígenas, inexitem documentos redigidos pelos próprios que nos permitam pensar, a partir do seu olhar, a sua experiência na Corte. Tendo sido indispensáveis para o desenvolvimento das práticas científicas no Museu, estes personagens aparecem na documentação por meio da descrição de terceiros, veiculada nos impressos ou nos manuscritos administrativos. Buscamos nas entrelinhas dessa documentação, nos pequenos rastros, os indícios de sua presença no Museu Nacional. Empenhamo-nos em descolonizar o documento de modo a olhar mais atentamente para personagens invisibilizados pelos regimes discursivos da época. Vimos que as relações estabelecidas entre índios e não índios, longe de terem sido marcadas pelo simples controle dos homens de ciência sobre os indígenas, a responderem passivamente às suas demandas, foi antes um jogo intrincado e desigual de forças entre ambos no Museu Nacional em fins do século XIX.

Referências

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O Museu Nacional, o Império e a conquista dos povos indígenas: história, ciência e poder na Exposição Antropológica Brasileira de 1882*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882: práticas de colecionamento e circulação de indígenas no Museu Nacional. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., Caxambu, 2017. *Anais...*, Caxambu: Hotel Glória, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt04-20/10622-a-exposicao-antropologica-brasileira-de-1882-praticas-de-colecionamento-e-circulacao-de-indigenas-no-museu-nacional/file>. Acesso em: 3 jan. 2021.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o Signo da Violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: EDUFF, 1999.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro. *Uma Ciência Moderna e Imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. Belo Horizonte; Campina Grande; Rio de Janeiro: Fino Traço; EDUEPB; Fiocruz, 2013.

KARASCH, Mary. Catequese e Cativo: política indigenista em Goiás (1780-1889). In: CUNHA, M. C. C (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

L'ESTOILE, Benoît de. O Arquivo Total da Humanidade: utopia enciclopédica e divisão do trabalho na etnologia francesa. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 365-302, 2003.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2009.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 154-167, 2009.

MIKI, Yuko. *Frontiers of Citizenship: A black and indigenous history of postcolonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

MONTEIRO, John M. As raças indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

NASCIMENTO, Fátima Regina. *A Imagem do Índio na Segunda Metade do Século XIX*. 1991. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NETO, Carlos de Araújo Moreira. *Os Índios e a Ordem Imperial*. Brasília: CGDOC/Funai, 2005.

NOVAK, Fabian; NAMIHAS, Sandra. *As relações entre Peru e Brasil (1826-2012)*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013.

OLIVEIRA, João P. O Retrato de um Menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Revista Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 73-99, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, João P. *O Nascimento do Brasil e Outros Ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua Trajetória Histórica. In: CUNHA, M. C. C. (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1998.

SANJAD, Nelson. *A Coruja da Minerva: O museu paraense entre o império e a república (1866-1907)*. Brasília; Belém; Rio de Janeiro: IBRAM; Museu Paraense Emílio Goeldi; Fiocruz, 2010.

SILVA, Ana Paula da. *O Rio de Janeiro continua índio: território do protagonismo e da diplomacia indígena no século XIX*. 2016. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 7. ed. Tomo I. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877.

VIEIRA, Dr. Frei Domingos. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*. Porto: E. Chardron e B. H. de Moraes, 1874. v. 5.

Referência documental

ARGOLO, Miguel de Teive. *Memória Descritiva sobre a Estrada de Ferro Bahia e Minas*. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., 1883.

BR.MN.DR.AO. Pasta 21 Doc. 148. 26/07/1882. Ofício do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas ao diretor do Museu Nacional.

BR.MN.DR.AO. Pasta 21. Doc. 121. 28/06/1882. Ofício do presidente da província do Espírito Santo ao diretor do Museu Nacional.

BR.MN.DR.AO. Pasta 21. Doc. 138. 12/07/1882. Carta de Aristides Spínola a Ladislau Netto.

BR.MN.DR.AO. Pasta 22. Doc. 206. 1883. Relação das faltas cometidas pelos serventes do Museu Nacional no ano de 1883.

BR.MN.RA.8. Livro de ofícios (1881-1885). 02/09/1882. Ofício do diretor do Museu Nacional ao diretor da Diretoria de Comércio do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas.

BR.MN.RA.8. Livro de ofícios (1881-1885). 26/07/1882. Ofício do diretor geral Ladislau Netto ao Tenente Coronel Antônio Germano de Andrade Pinto, comandante geral do Corpo Militar da Polícia da Corte.

CATÁLOGO Geral das Coleções de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. v. 1, n. 869, 1906. Rio de Janeiro: SEE/MN. Manuscrito.

CORRERIA de Índios. *Correio Paulistano*, n. 7678, Ano XXVIII, de 12 de junho de 1882, p. 2.

EXPOSIÇÃO Antropológica. *Gazeta de Notícias*, n. 178, 29 de junho de 1882.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Ano VIII, n. 188, 1882.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Ano VIII, n. 211, 1882.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Ano VIII, n. 218, 1882.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Ano VIII, n. 225, 1882.

GAZETA DE NOTÍCIAS, n. 152, 1882.

GAZETA DE NOTÍCIAS, n. 2012, 1882.

GAZETA DE NOTÍCIAS, n. 72, 1882.

GUIA da Exposição Antropológica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger e Filhos, 1882.

JORNAL DO COMMERCIO, n. 242, 31 de agosto de 1882.

LACERDA, João Batista de. A força muscular e a delicadeza dos sentidos dos nossos indígenas. In: Mello Moraes Filho. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1882.

LACERDA, João Batista de. *Fastos do Museu Nacional: recordações históricas e científicas fundadas em documentos authenticos e informações verídicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

MARC, Alfred. *Un Explorateur Brésilien: Deux mille kilomètres de navigation en canot dans un fleuve inexploré et complètement dominé par des sauvages féroces et indomptables*. Paris: Alcan-Lévy 1889.

NETTO, Ladislau. *Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Filomático, 1870.

NETTO, Ladislau. Pré-História Sul-Americana. Pedras Verdes. *Jornal do Comércio*, n. 128, 1885,

OFÍCIO de 13 de junho de 1882. *Liberal Mineiro*, n. 70, Ano V, de 15 de julho de 1882, p. 2.

OFÍCIO de 14 de julho de 1882. *Liberal Mineiro*, n. 70, Ano V, de 15 de julho de 1882, p. 2.

OFÍCIO de 23 de maio de 1882. *Liberal Mineiro*, n. 70, Ano V, de 15 de julho de 1882, p. 2.

RELATÓRIO do Museu Nacional apresentado ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Dr. Ladislau Netto. 1874, 1875 e 1877. Disponíveis em <www.museunacional.ufrj.br/obrasraras>.

RELATÓRIO do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do ano de 1876 apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1877, p. 484.

REVISTA ILLUSTRADA, n. 310, 1882.

SPÍNOLA, Aristides de Souza. *Estudo sobre os índios que habitam as margens do Rio Araguaia. Relatório de Exploração*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880